



## **A BUSCA POR UM NOVO NATURALISMO E OS MOVIMENTOS DE REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DE NATUREZA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SABERES ENQUANTO PERCURSO PARA O BOM USO DA SEMIARIDEZ**

### **THE SEARCH FOR A NEW NATURALISM AND THE SOCIAL REAPPROPRIATION MOVEMENTS OF NATURE IN BRAZILIAN SEMI-ARID: THE KNOWLEDGE CONTEXTUALIZATION AS A WAY TO THE GOOD USE OF THE SEMI-ARID REGION.**

### **LA BÚSQUEDA DE UN NUEVO NATURALISMO Y LOS MOVIMIENTOS SOCIALES DE REAPROPIACIÓN DE LA NATURALEZA EN SEMIÁRIDO BRASILEÑO: UN FONDO DEL CONOCIMIENTO COMO UN CAMINO HACIA EL BUEN USO DE SEMIARIDEZ**

**Luzineide Dourado Carvalho**

Doutorado em Geografia-NPGEO/UFS

Profª da UNEB/DCH II - NEPEC-SAB

E-mail: [ldcarvalho@uneb.br](mailto:ldcarvalho@uneb.br)

**Resumo:** O trabalho reflete sobre as formas de reapropriação social da natureza no contexto do Semiárido Brasileiro - um território em metamorfose, avaliando esse processo constituído por meio das organizações, redes e movimentos sociais, calcados na perspectiva da convivência e não mais do combate à seca. O estudo desvela a teia de reinvenção e reconstrução dos territórios rurais semiáridos por meio de vários programas e práticas de 'Convivência' que têm gerado um conjunto de novas possibilidades de garantia dos direitos das gentes sertanejas que habitam esse chão brasileiro, que vêm assumindo o seu presente nas mãos, ressignificando as suas histórias e os seus territórios de vida, trabalho e cultura. Esse estudo é decorrente da tese desenvolvida em 2010<sup>1</sup>, cuja continuidade se dá na linha de pesquisa "Educação Contextualizada, Territórios e Sustentabilidade", do NEPEC-SAB/UNEB, analisando como a ressignificação da natureza elabora novas territorialidades no semiárido brasileiro pautando-se da contextualização dos saberes enquanto percurso para bom uso da semiaridez.

**Palavras-chave:** reapropriação social da natureza; território; semiárido brasileiro, convivência; educação contextualizada.

**Abstract:** The work reflects on the forms of social reappropriation of nature in the context of the Brazilian semiarid region - a territory bubble, evaluating this process constituted by the organizations, networks and social movements, rooted in the perspective of coexistence and no more combat drought. The study reveals the web of reinvention and reconstruction of semiarid rural areas through various programs and practices 'Coexistence' that have generated a set of new possibilities for securing the rights of people who inhabit this backland Brazilian

---

<sup>1</sup> CARVALHO, Luzineide Dourado. Ressignificação e Reapropriação Social da Natureza: Práticas e Programas de 'Convivência com o Semiárido' no Território de Juazeiro (Bahia). 2010. São Cristóvão, Sergipe: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 2010, 342p (Tese, Doutorado em Geografia).

ground, assuming that come your gift in hands, giving new meaning to their stories and their territories of life, work and culture. This study is due to the thesis developed in 2010, whose continuity is given in the search "Contextual Education, Territory and Sustainability", the NEPEC-SAB/UNEB line, analyzing how the redefinition of nature prepares new territoriality in the Brazilian semiarid region is the guiding - contextualization of knowledge as the path to good use semiaridez .

**Keywords:** social reappropriation of nature; territory; Brazilian semiarid region, coexistence; contextual education.

**Resumen:** La obra reflexiona sobre las formas de reapropiación social de la naturaleza en el contexto de la región semiárida de Brasil - una burbuja territorio, la evaluación de este proceso constituido por las organizaciones, redes y movimientos sociales, arraigadas en la perspectiva de la convivencia y no más combate la sequía. El estudio revela la web de la reinención y la reconstrucción de las zonas rurales semiáridas a través de diversos programas y "Convivencia" prácticas que han generado un conjunto de nuevas posibilidades para garantizar los derechos de las personas que habitan esta tierra brasileña sertão, suponiendo que vienen a su regalo en las manos, dando un nuevo sentido a sus historias y sus territorios de vida, trabajo y cultura. Este estudio se debe a la tesis desarrollada en el año 2010, cuya continuidad se da en la búsqueda "Contextual Educación, Territorio y Sostenibilidad", la línea NEPEC-SAB/UNEB, analizando cómo el replanteamiento de la naturaleza prepara nueva territorialidad en la región semiárida de Brasil es el guía-contextualización del conocimiento como el camino para un buen uso semiaridez.

**Palabras clave:** Reapropiación social de la naturaleza; Territorio; Región semiárida brasileña, la Convivencia; Educación contextual.

## Introdução

A territorialidade dos sertanejos faz-se pela forma interativa e de convivência desses sujeitos com os regimes de signos, códigos e alternâncias da natureza semiárida, marcando as condições do viver e sobreviver em um vasto território configurado pela irregularidade de chuvas (CARVALHO, 2012). O sertanejo aprende desde cedo a lidar com o excesso e a escassez da água e dos produtos presentes na biodiversidade da Caatinga. Muitas representações sociais dessa territorialidade fazem-se presentes em imagens e discursos pejorativos, negativos e preconceituosos para com a natureza, o território e as gentes do sertão semiárido. No entanto, a ideia-projeto 'Convivência com o Semiárido Brasileiro', por meio de práticas produtivas e de metodologias educativas e organizacionais contextualizadas tem ressignificado o sentido de pertencimento e das condições de mundaneidade sertaneja.

A pesquisa é desenvolvida no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro, da Universidade do Estado da Bahia, Campus III- Juazeiro. Decorrente da tese desenvolvida em 2010, em Geografia, na UFS/NPGeo, a atual pesquisa é parte das investigações da Linha de Pesquisa "Educação



Contextualizada, Territórios e Sustentabilidade”, desse Núcleo. Mantém como campo empírico algumas comunidades rurais estudadas na tese: Marruá, no município de Uauá; Salitre, em Juazeiro; Melancia e Riacho Grande, em Casa Nova. Tem como metodologia a observação participante, o tratamento qualitativo dos dados e a escuta atenciosa por meio de entrevistas e relatos orais dos diferentes sujeitos individuais e coletivos que demandam continuidades e transformações nessas comunidades, executores e beneficiados dos programas e práticas de convivência. Foca-se o protagonismo das mulheres e para tanto, elas têm estado mais presentes nos relatos e entrevistas. A meta é acompanhar uma liderança feminina em cada comunidade, avlindo o protagonismo das mesmas e os impactos desses programas em suas vidas e nas comunidade a partir de suas ações.

Essa pesquisa objetiva aprofundar sobre os princípios da Convivência que norteiam a ética do bom uso da natureza semiárida, propondo às comunidades rurais sertanejas realizarem o aproveitamento dos produtos da biodiversidade da Caatinga, como percursos de uma contemporânea reapropriação social da natureza. E, tendo como relevância, a presença das mulheres nas ações do ‘bom uso’.

Mantém também a reflexão das relações natureza e cultura na contemporaneidade, tema central da tese, cuja investigação permanente é acompanhar o processo em curso da ressignificação e da reapropriação social da natureza semiárida. Desse modo, na atual pesquisa, a questão central é investigar quais novos sentidos os sertanejos sertanejas estão dando à semiaridez e como essa se faz uma condição de mundaneidade e de territorialidade.

Considera-se que a reapropriação social da natureza compreende os recursos naturais da Caatinga como sustento material e imaterial das populações rurais tradicionais, para as quais, o uso da Caatinga perpassa pela valorização da cultura e da identidade, fortalecendo os laços entre território, trabalho e vida dessas comunidades rurais sertanejas.

O novo naturalismo em debate traz a concepção construtivista de natureza-processo e natureza-artefato (LARRÈRE, 1997), possibilitando analisar por este prisma, que a seca é parte da própria característica climática dos ambientes semiáridos, cujas ações e intervenções (as obras técnicas e os artefatos) aplicadas pela Convivência, são adequações sócio técnicas, com vistas ao aproveitamento dos recursos naturais (água das chuvas, biodiversidade da Caatinga etc.) dentro dos limites da capacidade ambiental desses ecossistemas.

Nessa lógica, a pesquisa apreende que a Convivência com o Semiárido é uma ideia-projeto que se apoia na formação da *racionalidade ambiental* (LEFF, 2006), conduzindo os processos de reapropriação social dessa natureza. A pesquisa não deixa de analisar que há um

campo conflituoso que coloca os sertanejos na luta em defesa de seus territórios e dos suportes para sua sobrevivência, material e simbólica no mundo, confrontando-se com outras racionalidades e apropriações pautadas na lógica do grande capital sobre as terras, ás águas e reservas do Bioma Caatinga.

A intenção é apreender as percepções dos sujeitos sociais no Semiárido Brasileiro, e, especificamente, no Território de Juazeiro e como esses estão produzindo suas existências motivados na “Convivência”. O estudo apoia-se na abordagem fenomenológica com o propósito de ancorar a temática pela reflexão da percepção e da existencialidade na semiaridez.

A concepção fenomenológica tem possibilitado pensar a pesquisa sobre a relação interativa da natureza e cultura, bem como gerar um olhar cuidadoso sobre a condição do homem sertanejo em sua mundaneidade semiárida. Para tanto, a pesquisa concebe a noção de cotidianidade, como uma relação temporal do ser com seu espaço, com seu envolvimento com os acontecimentos da realidade mais imediata. Segundo Heidegger (1981), o cotidiano é a relação tempo-espaço próximo, conhecido, vivido na experiência da realidade contextual. Segundo esse pensador, “ser-no-mundo” são as múltiplas maneiras das quais o homem vive e pode viver; os vários modos como ele se relaciona e atua com os entes que encontra e a ele se apresentam.

Também trilha na noção de mundaneidade, apreendida também dos postulados de Heidegger para analisar a característica existencial do viver dos sertanejos em processo de resignificação da semiaridez. A mundaneidade são as diferentes maneiras específicas do viver, segundo um determinado contexto cultural, ambiental, técnico etc. Para o sertanejo, a natureza semiárida é sua mundaneidade, na qual ele realiza o trabalho, a cultura, suas leituras de mundo.

E por fim, elenca-se a contextualização enquanto ação de trazer o contexto para as práticas sociais promovendo a aprendizagem significativa do sujeito, conduzindo-o à tomada de consciência intencional (NIELSEN NETO, 1988).

### **A emergencia do novo/outro naturalismo e a noção do ‘bom uso’ da natureza**

A ideia de natureza pela concepção moderna fechou-se numa natureza-objeto, exterior ao homem. Mas, ao se constatar a existência dos **objetos híbridos**, ou de uma natureza composta de processo e de artefato, evidencia-se que a aparente oposição, na realidade, tem-



se uma interdependência entre uma natureza processo (*natura naturans*) e uma natureza artefato (*natura naturata*). Ambas compõem uma natureza interativa, construcionista, evolutiva, complexa.

Larrère (1997, p.16) postula que a filosofia moderna privilegia apenas a natureza artefato, mas se há a idéia dessa natureza (*natura naturata*), por sua vez, essa se apoia na existência de uma natureza-processo (*natura naturans*). Segundo a autora, a existência dessas duas naturezas possibilita conceber um novo naturalismo, partindo do pressuposto de que as grandes visões dominantes de natureza não se caracterizam unicamente pela oposição do mecanismo ao finalismo.

Emerge o naturalismo calcado na consideração da existência dessas duas naturezas, numa busca de defender que os homens e suas aptidões, as sociedades e suas atividades, a própria humanidade, mantêm-se em continuidade com a natureza. Ou seja, a humanidade está agarrada à natureza muito mais do que dela se separou na modernidade. Ao se constatar que as obras técnicas dos homens são, em sua essência, “objetos híbridos”, como propõe Latour (1994), a compreensão é que se tem uma natureza de processos naturais e artificiais, uma vez que todos os produtos fabricados são rejeitados e, ao terem um destino natural, acionam processos naturais dos quais os homens não dominam.

Nos afirma Morin (2005, p.22), que a possibilidade de uma reinserção da dimensão antropossocial à organização física da vida, ao apreender que a natureza é um todo polissistêmico, cuja fabulosa arquitetura sistêmica é edificada. Entretanto, não basta apenas associarmos inter-relação e totalidade das coisas, mas é preciso ligar totalidade à inter-relação pela idéia de organização.

A concepção de uma natureza de complexa organização postula que há uma interação entre seres físicos e antropossociais. Ambos estabelecem uma relação de interdependência, definindo uma dupla identidade: uma identidade própria que os distingue (processual) e uma identidade de dependência ecológica que os liga a seu ambiente. Como afirma Morin (2005, p.179), “não há mais *physis* isolada do homem, ou melhor, isolável de seu entendimento, de sua lógica, de sua cultura, de sua sociedade. Não há mais objeto totalmente independente do sujeito”.

Resituar o homem na natureza traz a abertura para o pertencimento desse como parte da natureza. Uma relação que atribua uma valorização consciente da natureza, e na qual o sentido da prudência emana a ideia do seu “bom uso”. Esse outro/novo naturalismo – o ecocentrismo, parte da compreensão de que o sentido de pertencimento do homem à natureza

pode se dar numa escala local (a comunidade) e se estender à escala da Terra. Isso porque, uma vez a humanidade reinscrita na comunidade biótica, terá a escala do planeta Terra como sua própria morada.

Retoma-se o sentido ético do “bom uso” da natureza, que é um princípio da filosofia herdado dos Gregos clássicos, a qual, mesmo com a Modernidade, se mantém na concepção predominante de natureza moderna (LARRÈRE, 1997). Salienta essa autora que o princípio da prudência baseia-se na precaução, que é o saber para agir. Ou seja, uma noção de limitação, de enquadramento ou de impedição a certas ações potencialmente perigosas, diante de um perigo do qual não se tem uma certeza definida, exata. Diante dos riscos potenciais, a precaução é um princípio de decisão quando não há conhecimento, certezas cientificamente estabelecidas.

Como afirma a autora citada, o “bom uso” da natureza é um comprometimento com as gerações futuras e obriga a sociedade a ter em conta a forma de seus atos presentes e como estes comprometem o futuro. Entretanto, não se pode reduzir a ideia do “bom uso” apenas a esta preocupação, pois seria se prender às necessidades atuais, mas sim, considerar toda a complexidade que envolve os ecossistemas. Mais do que utilizar a natureza de forma sustentável, é preciso determinar critérios de seu uso. Nesse sentido, “aprender a conviver”, é também, rever comportamentos e atitudes diante da natureza.

O percurso da contextualização presente na ideia de Convivência com o Semiárido pauta-se na interação dos saberes da contemporaneidade imbuídas da racionalidade ambiental: sustentabilidade, ética ambiental etc., com os saberes da tradição, caracterizada pelas manifestações, valores e práticas de convivência dos sertanejos com a natureza passadas há gerações.

### **A busca de outro/novo projeto de desenvolvimento no semiárido**

Os diferentes projetos de intervenção manifestam e expressam as ideologias e os diferentes sentidos de desenvolvimento territorial para o Semiárido ao longo da história da política pública brasileira, mas nesse contexto contemporâneo, pode-se destacar outra lógica se constituindo, que é a proposta da ‘Convivência’, dessa vez, impulsionada, mobilizada e articulada pela sociedade civil organizada e apoiada por alguns setores governamentais.

O sentido de ‘natureza hostil’ dado ao sertão semiárido tem sido descrito nos materiais geográficos e narrado na literatura como um lugar ‘feio’, de ‘natureza morta’, ‘onde não se



vive, mas vegeta-se’, e assim por diante. Formas de apresentar a paisagem sertaneja como adversa e inapropriada à sobrevivência digna de suas populações, mas, apenas homens e mulheres rudes e ‘tostados pelo sol’ poderiam sobreviver a tal ‘natureza inóspita’.

No entanto, nas últimas décadas ocorre um processo de rompimento com tais narrativas, motivado em escala global pela própria busca da sociedade contemporânea por outro naturalismo, ou outras formas de se relacionar com a natureza. Alguns autores, como Enrique Leff (2005; 2006) compreendem que esse movimento parte do estado de crise civilizatória/ambiental pela qual passa a humanidade e o estado de falência da concepção moderna de natureza, calcada no antropocentrismo. O autor citado afirma que estamos vivendo um momento de gestação de outra/nova racionalidade, pautada no respeito à natureza, na justiça e direitos dos povos aos seus territórios de vida e cultura e novas formas de apropriação da natureza, cujo objetivo seja o uso e acesso social, e não meramente, um uso capitalista e depredador. Leff concebe como um nascimento da racionalidade ambiental, superando a racionalidade técnica. Um novo paradigma em gestação.

A ‘Convivência com o Semiárido’ surge no contexto brasileiro dentro dessa transição paradigmática de superação de uma racionalidade técnico-científica, cuja dominação da natureza se materializou na política do ‘combate à seca’ para a emergência de uma racionalidade ambiental, que evoca a prudência/diálogo com a natureza. A convivência também é motivada pelo movimento global de reivindicação e valorização do território, com diferentes grupos em luta e defesa dos recursos materiais e imateriais disponíveis, como exemplo, o uso da biodiversidade, da água, dos minerais etc.

Diferentes práticas e programas que surgem nas comunidades rurais do Semiárido, desenvolvendo projetos sócios produtivos e ambientais calcados nos saberes acumulados pelas gerações, na cultura alimentar dos sertanejos, nos conhecimentos e saberes popular/tradicionais da flora e fauna da Caatinga são expressões dessas novas formas de reapropriar os recursos naturais e culturais do Semiárido.

### **As ressignificações e as reapropriações da natureza no semiárido brasileiro**

A ‘Convivência’ mostra um território Semiárido diverso, e não homogêneo, cuja seca, chão rachado, carcaça de boi, são postos como únicos elementos que o define. Pelo contrario, a proposta da convivência considera a seca como parte da dinâmica ambiental dessa natureza,

e, para tanto não é combatê-la, mas compreendê-la e adequar às obras e as técnicas a esta realidade.

O Semiárido possui uma grande diversidade geográfica, histórica e cultural. A presença predominante da Caatinga é singular e torna este território específico no mundo, pois a Caatinga é um bioma único, encontrado somente neste lugar. Entretanto, a Caatinga tem sido mostrada na literatura, nos materiais didáticos das escolas, nas imagens televisivas e documentais como um ambiente pobre, de poucas espécies animais e vegetais. Tais leituras, por sua vez, “desqualificaram a etnobiodiversidade da Caatinga”, afirma Marques (2005, p.77). O mesmo autor reforça que: “A Caatinga, ao contrário, não pode ser entendido como um local feio e inóspito, mas que traz uma beleza e riqueza peculiar, admirada, amada, pelas pessoas que vivem nesses espaços há séculos”.

A Caatinga tem possibilitado a criação e a recriação das condições da produção material e imaterial da existência no Semiárido Brasileiro. A partir da reapropriação social da biodiversidade da Caatinga, por meio do uso produtivo de determinadas plantas nativas, tais como, o umbu e o maracujá-do-mato, tornam-se carros-chefes da produção de doces, geleias, sucos e polpas.

Muitas organizações sociais (associações e cooperativas, por exemplos) estão desenvolvendo práticas sócio produtivas a partir desse potencial econômico da Caatinga, além de dimensionarem esse viés para a valorização socioambiental e simbólica desse Bioma. Os resultados podem ser avaliados pela ampliação da geração da renda familiar e da melhoria socioeconômica das comunidades rurais, pela promoção do ‘bom uso’ dos recursos vegetais e da revalorização do saber tradicional sobre as plantas e raízes da Caatinga.

De acordo com Leff (2005), os grupos humanos desenvolvem uma cultura específica de preservação e de conservação dos recursos do seu território. Ele denomina de ‘cultura ecológica’, pois o que define essa relação é o sentido de gerar o equilíbrio do uso com as condições ecológicas existentes. Com base nessa ideia, podemos dizer que, essa cultura ecológica tem sido elaborada a partir da convivência, pois uma vez manifestada na expressão de valorização da identidade, do enraizamento e do valor da Caatinga como suportes de vida e de cultura para os povos que habitam os sertões semiáridos, é dela que se estabelecem uma relação de complexidade com seus contextos ecossistêmicos.

Para Carvalho (2010), a reapropriação social que está em curso, faz-se um movimento das comunidades na apropriação e na transformação de seus recursos ambientais, que no caso analisado, baseia-se no potencial econômico sustentável da Caatinga. Funda-se no princípio



de “equidade na diversidade”, que implica desse modo, na autonomia cultural de cada comunidade, cuja autodeterminação de suas necessidades e a autogestão do potencial ecológico desse Bioma é posto como forma geradora de outro/novo desenvolvimento.

Nessa pesquisa defende-se que este processo trilha na construção de um novo naturalismo, pois a Caatinga é, para as inúmeras comunidades rurais tradicionais ou não, um suporte comunicacional com a natureza, cujos significados e usos dos frutos, das flores, das raízes, das folhas etc., são formas que condizem com as próprias formas dessas gentes pensarem, relacionarem e utilizarem a natureza conforme sua cultura, elaborada ao longo das gerações (CARVALHO, 2012).

Essa perspectiva da produção pela ‘Convivência’ tem reorganizado a agricultura de sequeiro, montando-se as comunidades um calendário produtivo assentado nas possibilidades e disponibilidades da natureza semiárida em seu *tempo verde e tempo seco*.

O consorciamento das atividades de agricultura (serviços das roças com o preparo do solo, plantios e colheitas pela mão-de-obra familiar), caprinovincultura (manejo do rebanho na propriedade e nos fundos de pasto), extrativismo do mel e de frutos, beneficiamento dos frutos, mel e tapioca (para biscoito) demonstra que a agricultura familiar busca uma diversificação das atividades como forma de gerar uma renda familiar durante todo o ano.

Os sertanejos ao desenvolvem a agricultura de sequeiro e a caprinovincultura ao longo de todo o ano: De abril a setembro é o tempo seco, e as plantas melíferas da Caatinga vão florescer. Os umbuzeiros vão dar seus primeiros frutos em novembro. Desenvolvem-se, portanto, o extrativismo e a apicultura e o beneficiamento do mel de abril até novembro. Em julho, começa o beneficiamento das frutas maracujá-do-mato, manga e goiaba cuja oferta é até dezembro. Essa atividade ocupa grande parte da mão-de-obra nas mini fábricas e galpões, espaços onde se produzem os doces, geleias e polpas, que adentram pelos meses de janeiro a final de abril aproveitando-se também dos umbus, que se inicia em janeiro e vai até abril.

De julho a outubro tem-se o beneficiamento da mandioca na produção de tapioca, usada na fabricação dos biscoitos, petas, brevidades e sequilhos.

Pelo exposto, há um aproveitamento do ritmo da natureza semiárida, mesmo marcada pelo ciclo do tempo verde e do tempo seco. E que no tempo do verde, como diz De Marco (2004) “o tempo da fartura” (de novembro a março), com presença da água no ambiente, provinda das chuvas, há mais nutrientes no solo, maior biomassa da Caatinga etc., que se estendem como produtos agora em forma de compotas, doces, geleias e sucos e que tem

garantido uma renda quase que anual para as famílias inseridas nos projetos da produção da convivência.

A reapropriação do ciclo da natureza (rompido pela imposição de determinadas culturas e atividades que demandam uma oferta bem maior e mais frequente dos recursos naturais) faz-se um respeito e ‘bom uso’ da natureza semiárida, considerando-se que os elementos são limitados no tempo e no espaço, mas dependendo da própria dinâmica dessa natureza, podem ser bem ofertados em um período de 4 a 6 meses. E, para esse aproveitamento, as organizações dão seu pique máximo nesses períodos de maior oferta dos frutos, do mel e da mandioca. As mini fábricas, os galpões, as casas de mel, os terreiros de raspa se agitam, revezando as turmas numa intensa dinâmica para que aproveitem o máximo dessas safras. Enfim, é uma dinâmica produtiva que vai seguindo a dinâmica da natureza, cujo ritmo produtivo impacta, especialmente a vida das mulheres. Elas conseguem dar conta de tudo, pois, uma semana, sua turma vai coletar os frutos ou o mel, em outra semana, vão para as minifábricas, galpões, casas do mel.

A cotidianidade<sup>2</sup> do grupo doméstico também vai sendo afetada, distribuindo-se internamente as tarefas, envolvendo mais a participação dos homens, que passam a realizar tarefas antes não desenvolvidas, em casa e também nas espaços de produção. O entendimento das pessoas inseridas nessa nova cotidianidade é de que a convivência é viver em respeito com os outros, uma relação de respeito a essa natureza, que traz o sentido de preservação. Este sentido vai se pautando como estratégia de articulação para uma nova relação entre natureza e sociedade em seus próprios contextos semiáridos. São aspectos ressaltados por Almeida (2008) como um significativo percurso para tornar a biodiversidade um elemento importante na consolidação do território e na formulação de estratégias de desenvolvimento, articulando ciência, cultura e economia.

### **A contextualização dos saberes com os territórios semiáridos**

A contextualização dos saberes tem sido a fundamentação metodológica, em suas diferentes maneiras de usá-la, pelas institucionalidades que se agregam à ‘Convivência’, tais como: As cooperativas, as ONGs, redes (Sabor Natural do Sertão, Rede de Mulheres, Articulação no Semiárido dentre outras), comitê de fundo de pasto etc., que atuam no sentido

<sup>2</sup> A noção de cotidianidade é compreendida como uma relação temporal do ser com seu espaço, com seu envolvimento com os acontecimentos da realidade mais imediata, conforme posto por Heidegger (1981, ou seja, uma relação tempo-espaço próximo, conhecido, vivido na experiência da realidade contextual.



de buscarem novas formas de usar os recursos naturais disponíveis da natureza semiárida com base nos fundamentos das Diretrizes da Convivência, associando as ações produtivas e organizacionais às ações educativas contextualizadas.

Segundo Zemelman (2006), uma das bases da contextualização do saber é potencializar o sujeito para que este se situe no momento histórico, ampliando seu horizonte de apreensão da realidade, colocando-o perante uma constelação de possibilidades. Para esse autor, o sentido torna-se uma forma válida de produção do conhecimento e, não apenas, aquilo que pode ser observado, comprovado e palpado, fundamentado pelo método científico moderno. Ou seja, houve um distanciamento do sujeito em relação às suas circunstâncias, as suas próprias determinações, delineadas pela complexidade da rede entre o local-global-local.

Boaventura de Souza Santos (2006) por sua vez, ressalta que “todo conhecimento é local e total”. Sua tese apresenta que há uma gama de outras formas de produção de conhecimento para além do científico, disciplinar, e que as áreas do saber ao se colocarem num movimento de convergência de projetos, podem dar respostas a problemas sociais, ambientais e outros, presentes no mundo contemporâneo em escala global e identificados no plano local. Desse modo, Santos concebe que a percepção do contexto local pelo sujeito necessita ser retomado, uma vez que o sujeito pensa e concebe o mundo a partir de seu local.

A contextualização também tem sido compreendida como uma ação de rompimento com as narrativas universalistas postas pelo conhecimento científico, e que deseja estabelecer novos acordos, novos ‘contratos’ com o natural e o social. Sobre a universalização/colonização das narrativas, Martins (2004, p.32-34) traz a compreensão de que essa se deriva a partir da fala dos “de fora” negando a fala dos “de dentro”. Ou seja, “uma nomeação operada “de fora” que, sequer, deu o tempo suficiente para que os sujeitos “de dentro” pudessem organizar uma auto-definição e uma auto-qualificação”, reforça o autor. A concepção de Martins é, portanto, que a contextualização é uma ação de descolonização, pois sua tarefa de reconstruir *visibilidades* e *dizibilidades* instituídas e de permitir que os ‘outros’ excluídos da ‘narrativa hegemônica’, recuperem sua palavra e tornem pertinentes suas questões.

Para Martins e Reis (2004, p.08), o contexto também não encerra a produção do conhecimento e nem a realidade se reduz a ele, pois o “contexto não deve se fechar como uma “ilha”, isolada do mundo, das coisas e dos demais saberes e conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo da sua trajetória histórica”. Ao contrário, ele é o início do aprofundamento e da renovação dos conhecimentos e saberes diversos.

Desse modo, o contexto não se limita ao espaço físico, ao substrato onde se pisa - o chão. Ele pode ser dimensionado como a escala espaço-tempo, do qual o sujeito se situa no mundo, em sua mundaneidade, pois nessa que ele manifesta sua *presença como ser* ou *ser-presença* (HEIDEGGER, 1981). São por tais fundamentações apresentadas, que a Educação Contextualizada dimensiona o Semiárido como o contexto, pois é dessa mundaneidade que o sujeito constrói sua aprendizagem de *ser-no-mundo-com-os-outros* (idem, 1981).

A contextualização adentra nos programas e práticas da ‘Convivência’ para o acesso e uso democrático da água, da terra e da biodiversidade da Caatinga, que segundo Carvalho (2010, p.209):

Essas novas cotidianidades e territorialidades elaboradas pelas práticas e programas sócio produtivos geram mudanças, pela produção imaterial que os sertanejos passaram a empreender baseados nas práticas de coletividade, comunitárias e associativas. E, ainda trata-se da geração de saberes e conhecimento por meio da contextualização, uma metodologia educativa que apreende o contexto geoambiental, histórico e simbólico-cultural do semiárido como a referência tempo-espaço do sujeito consigo e com o mundo.

### Considerações finais

A contextualização dos saberes proporcionam aos sujeitos reconhecerem sua mundaneidade e territorialidade e ressignificarem todo um conjunto de nós e redes que os ligam do local ao mundo. Em uma tomada de consciência intencional, novas e outras saídas e alternativas produtivas surgem e potencializam os sertanejos e sertanejas ao enfrentamento das problemáticas socioeconômicas e a vislumbrem perspectivas da produção de sua existência na semiaridez.

Essas novas possibilidades de produção e de organização social são motivadas pela ‘Convivência’ que vai sendo tecida pelas redes, cooperativas, associações rurais, de fundo de pasto etc., as quais buscam as melhorias socioeconômicas por meio de tecnologias sociais de acesso e uso da água da chuva, da luta pelo direito à terra e ao uso coletivo das terras de fundos de pasto, da luta pela garantia da biodiversidade da Caatinga; da valorização da criação e recriação da produção identitária. No entanto, enfrentam fortes pressões da capitalização das terras, cuja insegurança dos seus territórios de vida, trabalho e cultura é constante. Considera-se que a “identidade cultural comunal” (CASTELS, 2001) ainda é uma estratégia de fortalecimento e suporte nas “trincheiras” das lutas dos sertanejos pela biodiversidade e pela água e terra, nos sertões semiáridos.



Os projetos sócio-produtivos enfrentam vários problemas relacionados com uma infraestrutura limitada das unidades de produção, pois as mini fábricas e as casas de mel são muito pequenas, não comportando ampliar-se o número de famílias, apesar de que os galpões sejam mais espaçosos. Mas, carecem de uma engenharia apropriada para a atividade; faltam investimentos para qualificar o pessoal e fortalecer o controle de qualidade dos produtos; forte dependência das instituições financiadoras e, também, da manutenção dos compradores, mesmo que seja por meio dos programas governamentais (CONAB<sup>3</sup>, PAA<sup>4</sup> etc.).

Entender as estratégias elaboradas pela agricultura familiar, em especial, a sertaneja, significa descortinar o sentido dessa produção para a vida desses homens e mulheres que reorganizam a produção na busca de conciliar o ciclo dinâmico da Caatinga, como positividade e possibilidade de sua existência nos territórios rurais. Como cita Almeida (2005b, p.303), “os agricultores, em determinados territórios, resgatam atividades enraizadas e (re) inventam produtos, outras atividades; é interpretar o valor social a elas agregadas”.

Esse valor social agregado ao trabalho parte da luta pela reapropriação social da natureza semiárida, expressando uma consciência intencional de união nos espaços de produção, na comercialização e na organização e educação comunitária pela superação das dificuldades e dos desafios para se empreenderem “atividades enraizadas e se reinventarem produtos”, como nos diz Almeida.

## Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do sertão. **Revista Espaço e Cultura**, UERJ, R ALMEIDA, Maria Geralda de. Projeto biotecnologias e a gestão participativa da biodiversidade na caatinga e no cerrado - Estudos de caso de instituições e de saberes locais na caatinga e no cerrado brasileiro. Goiânia, GO: UFG/Instituto de Estudos Socioambientais e Institut de Recherche et Développement, 2008.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Em fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, nº 2, 2005.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a Biogeodiversidade e singularidade cultural. Goiânia: Ed. Vieira, 2005b.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Natureza, Território e Convivência**. Jundiaí, Paco Editorial: 2012

---

<sup>3</sup> Companhia Nacional de Abastecimento.

<sup>4</sup> Programa de Aquisição de Alimentos para a Merenda Escolar.



CARVALHO, Luzineide Dourado. Ressignificação e Reapropriação Social da Natureza: Práticas e Programas de ‘Convivência com o Semiárido’ no Território de Juazeiro (Bahia). 2010. São Cristóvão, Sergipe: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 2010, 342p (Tese, Doutorado em Geografia).

CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. A era da informação: Economia, sociedade e cultura. 3ª edição. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1991.

DE MARCO, Giovanna. **Água e processos subjetivos**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003. (Tese, Doutorado em Psicologia Clínica).

HEIDEGGER, Martin. Todos nós.. ninguém: um enfoque fenomenológico do social. Apresentação e Introdução, notas e epílogo Solon Spanodius; tradução e comentários Dulce Critelli. São Paulo: Moraes LTDA, 1981.

LARRÈRE, Catherine e Raphael. **Do bom uso da natureza**: para uma filosofia do meio ambiente. Lisboa – Portugal: Instituto Piaget, 1997. Coleção Perspectivas Ecológicas, nº 30.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irienu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34,1994.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4ª - Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

MARQUES, Juracy. Ecologia de homens e mulheres do semiárido. SANTOS, J.M (org). In: **Ecologia de homens e mulheres do semiárido**. Paulo Afonso (BA): Editora Fonte Viva, 2005.

MARTINS e REIS, Josemar e Edmerson. Proposta político-pedagógica da RESAB: A convivência com o semiárido como norteadora do processo educacional no semiárido brasileiro (Rascunho-manifesto em andamento). **Secretaria Executiva da RESAB**, Juazeiro (BA). Anexo 3.Relatório Final da Consultoria COOPERFAJ/UNICEF - 2004. 2004.

MARTINS, Josemar da Silva. Anotações em Torno do Conceito de Educação para a Convivência com o Semiárido. RESAB, Secretaria Executiva (org.). In: **Educação para a convivência com o semiárido**: reflexões teórico-práticas. 1ª Ed. Juazeiro-BA: Secretaria Executiva da RESAB, p. 29-52, 2004.

MORIN, Edgar. **O Método I**: A natureza da natureza; tradução Ilana Heineberg. 2ª ed., Porto Alegre: Porto Alegre: Sulina, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza (org). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: Um discurso sobre as ciências revisitado. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.



ZEMELMAN, Hugo. Sujeito e sentido: considerações sobre a vinculação do sujeito ao conhecimento que constrói. SANTOS, Boaventura de Souza (org). In: **Conhecimento prudente para uma vida decente**: Um discurso sobre as ciências revisitado. 2ª edição – São Paulo: Cortez, 2006.

Recebido em abril de 2014  
Aprovado em julho de 2014

